

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

TC Inf **HERBERT DE SOUZA LEMOS**

**A crise na República Bolivariana da Venezuela:
Perspectivas e ensinamentos a serem utilizados pelo
Brasil na melhora do treinamento para missões de
Ajuda Humanitária**



Rio de Janeiro
2019

TC Inf **HERBERT DE SOUZA LEMOS**

**A crise na República Bolivariana da Venezuela:
Perspectivas e ensinamentos a serem utilizados pelo Brasil
na melhora do treinamento para missões de Ajuda
Humanitária**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Especialista em Ciências Militares, com
ênfase em Defesa.

Orientador: Maj Inf Orlando Mattos Sparta de Souza

Rio de Janeiro
2019

L557c Lemos, Herbert de Souza

A crise na República Bolivariana da Venezuela: Perspectivas e ensinamentos a serem utilizados pelo Brasil na melhora do treinamento para missões de Ajuda Humanitária / Herbert de Souza Lemos. - 2019.

48 f. : il ; 30cm.

Orientação: Orlando Mattos Sparta de Souza.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em ciências militares)

- Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

Bibliografia: f. 45-48.

1. VENEZUELA 2. MIGRAÇÃO 3. AJUDA HUMANITÁRIA. I. Título.

CDD 355.4

TC Inf **HERBERT DE SOUZA LEMOS**

**A crise na República Bolivariana da Venezuela:
Perspectivas e ensinamentos a serem utilizados pelo Brasil
na melhora do treinamento para missões de Ajuda
Humanitária**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Especialista em Ciências Militares, com
ênfase em Defesa.

Aprovado em ____ de novembro de 2019.

COMISSÃO AVALIADORA

ORLANDO MATTOS SPARTA DE SOUZA - Maj Inf – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

FÁBIO GLADZIK - Ten Cel Inf – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

KLAITON ALEXANDRO SANT'ANNA COTA - Ten Cel Inf – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa e minhas filhas, fontes de
inspiração e exemplo.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, pela minha vida e pelos momentos de alegria e de sucesso já alcançados.

Ao Exército Brasileiro, pela oportunidade de cursar a escola de mais alto nível da Força Terrestre que me proporcionou grandes ensinamentos.

Ao meu orientador, Maj Inf Orlando Mattos Sparta de Souza, não apenas pela orientação e pelo incentivo no decorrer do trabalho, mas também pela amizade de outras jornadas.

À minha esposa e companheira Débora Rocha, pelo apoio irrestrito, carinho e compreensão por todo o tempo em que tive que afastar-me, sendo fundamental no sucesso da conclusão deste trabalho.

Às minhas filhas Lara e Lis, que souberam compreender o momento em que estive mergulhado nos estudos e apoiaram sobremaneira a realização deste trabalho.

A minha mãe Gilda Coelho, que dedicou grande tempo de seu descanso na criação de suas netas, pode ter a certeza de que será sempre lembrada como exemplo de dedicação à família.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

José de Alencar

RESUMO

A República Bolivariana da Venezuela vive uma das piores crises econômicas de sua história. Isso acarretou carência de gêneros básicos e deficiência de serviços públicos, mitigando os direitos básicos de todo o cidadão. Toda essa dificuldade, aliado a um cenário político também conturbado, onde Maduro, o atual Presidente eleito e Guaidó, Presidente autoproclamado daquele país, travam uma disputa pelo poder, agravando o quadro de estabilidade venezuelano, culminando em graves rupturas institucionais e fazendo com que milhares de venezuelanos buscassem melhor qualidade de vida em outros países, como o Brasil. Com isso, o Estado brasileiro criou a Operação Acolhida, no intuito de melhor receber esses desassistidos, assim como buscar ter o controle dessas pessoas que buscam o seu território como destino. A demanda por ajuda humanitária, bem como problemas relacionados a migração, tem sido comum no mundo atual e com tendência a aumentar. Por tudo isso, e pelo sucesso auferido pela Operação Acolhida, cabe ao Brasil aproveitar a oportunidade para colher novos ensinamentos, ratificar e ou retificar sua doutrina vigente acerca do assunto, além de melhor treinar seus quadros para futuras missões desse tipo, integrando os componentes civil, militar e policial.

Palavras-chave: Venezuela. Migração. Treinamento. Ajuda Humanitária.

ABSTRACT

The Bolivarian Republic of Venezuela is experiencing one of the worst economic crises in its history. This has led to a lack of basic supplies and a deficiency in public services, mitigating the basic rights of every citizen. All this difficulty, coupled with an equally troubled political scenario, where Maduro, the current President-elect and Guaidó, self-proclaimed President of that country, are fighting a power struggle, aggravating the Venezuelan stability, culminating in serious institutional ruptures and causing thousands Venezuelans sought a better quality of life in other countries, such as Brazil. With this, the Brazilian State created Operation Welcomed, in Portuguese Operação Acolhida, in order to better receive these unattended, as well as seek to have control of these people who seek Brazil's territory as a destination. Demand for humanitarian aid, as well as migration-related problems, has been common in today's increasing and increasing world. For all these reasons, and for the success achieved by Operation Welcomed, it is up to Brazil to seize the opportunity to gather new teachings, ratify and or rectify its current doctrine on the subject, as well as to better train its staff for future missions of this kind, integrating the civil components. , military and police.

Keywords: Venezuela. Migration. Training. Humanitarian Assistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Posição da Venezuela em relação ao Brasil e o mar do Caribe.....	18
Figura 2 –	Fronteira do Brasil com a Venezuela.....	20
Figura 3 –	Constituição do Estado-Maior Conjunto Interagências da Força Tarefa Logística Humanitária em Roraima.....	25
Figura 4 –	Fluxo Migratório venezuelano no Brasil.....	26
Figura 5 –	Bairros da cidade de Boa Vista onde estão localizados os abrigo.....	26
Figura 6 –	Organograma dos Processos Finalísticos do CCOPAB.....	37
Figura 7 –	Certificação recebida pela ONU reconhecendo o estágio CIMIC...	38

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AED	Ações Estratégica de Defesa
ASD	Ações Setoriais de Defesa
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
BRABAT	Batalhão Brasileiro de Infantaria de Força de Paz
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CIOPaz	Centro de Instrução de Operações de Paz
CPTM	<i>Core Pre-Deployment Training Material</i>
EAD	Ensino à Distância
EMT	Equipe Móvel de Treinamento
ESG	Escola Superior de Guerra
OCHA	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
EAOP	Estágio Avançado de Operações de Paz
EBOP	Estágio Básico de Operações de Paz
EACM	Estágio de Ação Contra Minas
CIMIC	Estágio de Cooperação Civil-Militar
ELROP	Estágio de Logística e Reembolso
EPCAAI	Estágio de Preparação de Civis para Atuação em Ambientes Estáveis
EPCOEM	Estágio de Preparação para Comandantes de Organização Militar e Estado-Maior para Missões de Paz
EPCOSUPEL	Estágio de Preparação para Comandantes de Subunidade e Pelotão para Missões de Paz
EPEC-DPKO	Estágio de Preparação para Entrevistas do DPO
EPMP	Estágio de Preparação para Missões de Paz
EPC	Estágio de Proteção de Civis em Operações de Paz
SSAFE	Estágio de Segurança e Salvaguarda em Ambientes Hostis
EPJAIAC	Estágio para Jornalistas e Assessores de Imprensa em Área de Conflito

ETMIL	Estágio para Tradutores e Intérpretes Militares
ED	Estratégia de Defesa
EMD	Estratégia Militar de Defesa
END	Estratégia Nacional de Defesa
PROSUL	Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América Latina
LBDN	Livro Brando de Defesa Nacional
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MD	Ministério da Defesa
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
ONU	Organização das Nações Unidas
OEA	Organização dos Estados Americanos
IOM	Organização Internacional de Migração
ONG	Organização Não Governamental
PND	Política Nacional de Defesa
REBRAPAZ	Rede Brasileira de Pesquisa sobre Operações de Paz
SIN	Sistema Integrado Nacional
TOT	<i>Training of Trainer</i>
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
UNPCRS	<i>United Nations Capabilities Readiness</i>
UNIC	<i>United Nations Information Center</i>
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	METODOLOGIA	16
3	REFERENCIAL TEÓRICO	16
4	A IMPORTÂNCIA DA VENEZUELA NO CENÁRIO REGIONAL E COMO A CRISE DAQUELE PAÍS TEM IMPACTO NA REGIÃO	17
4.1	A IMPORTÂNCIA DA VENEZUELA NO CENÁRIO REGIONAL.....	17
4.2	OS IMPACTOS DA CRISE NA REGIÃO.....	19
5	AS AÇÕES DO BRASIL PARA MITIGAR A CRISE EM TERRITÓRIO NACIONAL	21
5.1	A OPERAÇÃO ACOLHIDA.....	21
5.2	PROBLEMAS QUE TÊM DIFICULTADO OS RESULTADOS.....	27
6	A MELHOR MANEIRA DE CAPACITAR OS QUADROS	30
6.1	A PREOCUPAÇÃO BRASILEIRA COM O PREPARO DA TROPA.....	30
6.2	O CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL.....	33
6.3	A CRIAÇÃO DO ESTÁGIO DE AJUDA HUMANITÁRIA.....	38
7	CONCLUSÃO	42
	REFERÊNCIA	45

1 INTRODUÇÃO

A República Bolivariana da Venezuela é um dos principais países do subcontinente da América do Sul. Este país tem vivido nos últimos anos uma relevante crise política, social e econômica, afetando a qualidade de vida de sua população que vem buscando alternativas para se livrar das graves consequências humanitárias das quais vêm sofrendo.

A Venezuela está localizada na porção Norte da América do Sul, sendo banhada a Norte pelo mar do Caribe, fazendo fronteira a Oeste com a Colômbia, a Leste com a Guiana e ao Sul com o Brasil. Como típico Estado em desenvolvimento, tem sua economia baseada em *commodities*, como a exploração do petróleo, necessitando importar a grande maioria dos produtos industrializados. Os venezuelanos possuem a maior reserva mundial desse óleo e utilizam desse recurso para subsidiar bens de consumo para a população e financiar o forte aparato estatal usado por seu governo autoritário

O território venezuelano foi descoberto por Cristóvão Colombo no ano de 1498, tendo sua colonização iniciada no início da década de 1520. Por sua importância dentro do Império da Espanha, tornou-se Capitania-Geral da Venezuela em meados do século XVIII, fato este que lhe proporcionou maior autonomia. Este Estado alcançou sua independência no ano de 1811, destacando-se a figura de Simon Bolívar e a fundação da Grã-Colômbia que continha os atuais territórios de Venezuela, Colômbia, Panamá e Equador (ELIANE, 2019).

O sonho de construir uma grande Nação Sul-americana se encerrou com a morte de Bolívar. A partir de 1830, com a retirada da Venezuela da Grã-Colômbia iniciou uma sucessão de governos autoritários e golpes de Estado, mantendo sempre um ambiente de grande instabilidade no país que o impediu de se desenvolver.

A partir da década de 1960 surgiram algumas guerrilhas armadas fruto do advento da Guerra Fria. Após as crises do petróleo na década de 1970 e os choques econômicos nas décadas de 1980 e 1990, a fragilidade política e econômica favoreceu a ascensão de Hugo Chávez ao poder que implantou o conceito da Revolução Bolivariana (SCHEIDT, 2013).

Com a morte de Chávez, em 2013, e a assunção de Nicolás Maduro, o modelo bolivariano entrou em declínio. Além de não possuir o mesmo carisma e liderança de Chávez, Maduro teve que conviver com a baixa do preço do barril de petróleo, que

causou a diminuição dos subsídios e o aumento da oposição que se tornou cada vez mais radical, abrindo espaço para algumas personalidades como Juan Guaidó, atual presidente da Assembleia Nacional da Venezuela. Com a alta da inflação e a falta de itens básicos para sua sobrevivência, a Venezuela entrou em uma crise sem precedentes, acarretando um grande fluxo migratório de sua população para os países vizinhos, como o Brasil (SOUSA, 2019).

A grande movimentação na fronteira do Brasil com a Venezuela tem causado grande preocupação no governo brasileiro. Com base nisso, o Governo Federal resolveu acionar Ministérios com o objetivo de mitigar o problema humanitário causado pelas centenas de venezuelanos que se apresentam em território brasileiro diariamente, bem como buscar controlar esse fluxo de refugiados e as enfermidades que porventura possam ser transmitidas para a população brasileira (DE OLIVEIRA, 2018).

O Ministério da Defesa do Brasil assumiu papel primordial nesta crise humanitária que se instaurou no Norte do país. Por meio da Operação Acolhida, as Forças Armadas do Brasil têm sido desdobradas no intuito de oferecer aos refugiados melhor recepção em território brasileiro, bem como tem o encargo de fazer a coordenação com os outros Ministérios brasileiros, agências da Organização das Nações Unidas (ONU), Organizações Não Governamentais (ONG), entre outros atores que se encontram na área. Têm também o papel de gerenciar abrigos, mantendo a ordem e a segurança dos seus ocupantes.

O problema das migrações é uma das novas demandas do atual cenário internacional. Esta problemática tende a aumentar em grande parte do mundo, não somente pelos conflitos, mas também pelas mudanças climáticas no mundo. Fruto disso, algumas agências humanitárias já possuem treinamento voltado para essas possíveis calamidades, trabalhando na preparação de civis, policiais e militares em operações de ajuda para esse tipo de demanda (ONU, 2019).

Recentemente, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) iniciou o apoio na preparação dos novos contingentes que participarão dessa operação. Este Estabelecimento de Ensino militar tem como missão a preparação de militares, de civis e de policiais militares, brasileiros e de nações amigas, a serem enviados em missões de paz e de desminagem humanitária sob a égide de organismos internacionais, como a ONU e a OEA (Organização dos Estados Americanos).

Diante do cenário anteriormente elencado, constatamos que o Brasil, por ser um dos vizinhos mais próximos à Venezuela, sofre diretamente os impactos dos problemas encontrados naquele Estado. Fruto de tudo isso, esta pesquisa se depara com o seguinte problema a ser resolvido.

De que forma o país pode melhor capacitar o seu pessoal para o recebimento de imigrantes/refugiados dentro do contexto de uma operação interagências?

Segundo (CRESWELL, 2010) a declaração do objetivo é a parte mais importante de todo o estudo, e precisa ser apresentada de maneira clara e específica. Além disso, ele ressalta que devido a essa importância, a declaração desse propósito deve ser estabelecida de forma separada e destacada de outros aspectos do estudo, sendo estruturada num tópico exclusivo. Assim, esta pesquisa apresenta o objetivo geral e seus três objetivos específicos.

O presente trabalho pretende apresentar formas para que o Brasil possa, de maneira objetiva, diminuir os impactos do recebimento de imigrantes/refugiados que adentram o seu território, mantendo o ambiente seguro e estável nos diversos campos de poder, a partir da melhor capacitação do seu pessoal.

A fim de viabilizar a consecução do objetivo deste trabalho foram formulados alguns objetivos específicos a serem atingidos, que permitirão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo, os quais são elencados em seguida:

- a. Apresentar a importância da República Bolivariana da Venezuela no cenário Sul-americano e como a crise venezuelana tem afetado negativamente a região;
- b. Estudar as ações brasileiras para mitigar a crise em território nacional, explicando como está sendo desenvolvida a operação Acolhida e os problemas que têm dificultado os seus resultados; e
- c. Estudar de que forma o Brasil pode preparar o seu pessoal para trabalhar em um ambiente complexo interagências, servindo de modelo para missões futuras e tendo a Operação Acolhida como referência.

O presente estudo estará limitado na melhor capacitação dos elementos-chaves que podem reduzir os impactos da crise no interior do Brasil. Buscará mostrar como o país tem tratado os problemas diretos e indiretos na medida em que eles se apresentam e como o governo tem buscado neutralizar esses impactos. Abarca também qual a melhor maneira do país preparar seus quadros de forma a incrementar

a integração e o conhecimento dos diversos atores envolvidos, aproveitando-se da expertise oferecida pela operação Acolhida.

As recentes decisões antidemocráticas tomadas pelo presidente venezuelano Nicolás Maduro fizeram com que aquele país fosse suspenso do Mercado Comum do Sul (Mercosul), agravando ainda mais a situação econômica e refletindo diretamente na qualidade de vida de sua população. Em vista disso, centenas de venezuelanos vêm buscando melhores condições de vida em outros países, causando problemas humanitários nas fronteiras venezuelanas.

De acordo com a Política Nacional de Defesa editada no ano de 2016 (BRASIL, 2016 b, p. 6), a América do Sul faz parte do entorno estratégico, sendo área de interesse prioritário. Esse documento também alerta para o uso das Forças Armadas no ambiente internacional da seguinte forma, conforme (BRASIL, 2016 b, p. 9):

A demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tende a acentuar-se, de sorte que o País poderá ser impelido a incrementar sua participação nesses tipos de missão. Além do aumento de sua influência política em nível global, a participação em operações internacionais permitirá ao Brasil estreitar laços de cooperação por intermédio das Forças Armadas e ampliar sua projeção no concerto das nações.

A Constituição Federal, por meio de seu artigo 4º, está redigido que o Brasil pauta suas relações internacionais em dez princípios, e entre eles, a prevalência dos direitos humanos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (BRASIL, 1988). A carta magna brasileira também aborda no seu artigo 4º, parágrafo único, o seguinte texto: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

Sendo assim, a crise venezuelana surge de encontro às pretensões brasileiras, podendo também influenciar diretamente nas ambições geopolíticas do Brasil.

Com o objetivo de mitigar esse problema, o Governo Federal do Brasil mobilizou seus ministérios para, em conjunto com agências especializadas da ONU e de ONG, nacionais e internacionais, receber esses desassistidos e, se for o caso, “interiorizá-los” à medida que os estados brasileiros possam absorvê-los. Ocorre que a forma de trabalhar entre esses atores se divergem nos procedimentos a serem adotados por todos, bem como na subordinação entre eles, ocorrendo na maioria das vezes esforços descoordenados e muitas vezes duplicados para se resolver um problema que por ventura se apresente, demonstrando baixo grau de cooperação ou de integração, de acordo com (NETO; BARP; CARDOSO, 2017).

Dessa maneira, o trabalho busca apresentar ideias para lapidar a relação entre os diversos atores responsáveis pela melhor solução dos problemas advindos dessa crise regional, aprimorando a eficácia dos resultados e servindo como referência para possíveis outras crises.

2 METODOLOGIA

Este capítulo tem por finalidade apresentar o caminho percorrido para solucionar o problema de pesquisa, especificando os procedimentos realizados para alcançar os objetivos (geral e específicos) apresentados.

Assim, seguindo a Taxionomia de Vergara (2009), por meio de uma pesquisa qualitativa, buscou-se entender os fatos acerca da crise da República Bolivariana da Venezuela e seus reflexos para o Brasil, assim como, como o país pode se preparar melhor para outras demandas acerca do assunto em tela.

A principal técnica de pesquisa que foi empregada para dar suporte ao trabalho foi a pesquisa bibliográfica, a qual se baseou em fundamentação teórico-metodológica, na investigação de livros, manuais, artigos, dissertações e teses de acesso livre ao público em geral, incluindo-se nesses aqueles disponibilizados pela rede mundial de computadores. Também foi utilizado a pesquisa documental, o qual buscou fontes primárias como relatórios, leis e diretrizes, tudo visando entender como a crise da República Bolivariana da Venezuela afeta negativamente a região e como o Brasil está trabalhando para se contrapor aos impactos negativos dessa crise, além da melhor forma de aprimorar suas capacidades de seus quadros.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção promove um debate sobre a relevância da República Bolivariana da Venezuela no subcontinente da América do Sul. Apresenta também, como os reflexos da crise dos venezuelanos têm sido encarados pelos brasileiros, tanto nos órgãos empregados no terreno, quanto no desafio do Brasil de capacitar seu pessoal para fazer frente às adversidades impostas. Em vista disso, ideias serão debatidas sob múltiplos enfoques com o intuito de evidenciar distintas percepções e possibilitar a execução da pesquisa propriamente dita. Para isso, esta seção está estruturada da seguinte forma: 1) Apresentar a importância da Venezuela no cenário Sul-americano

e como esta crise afeta negativamente a região; 2) Estudar as ações brasileiras para mitigar a crise em território nacional, explicando como está sendo desenvolvida a operação Acolhida e os problemas que têm dificultado os seus resultados; e 3) Estudar de que forma o Brasil pode preparar o seu pessoal para trabalhar em um ambiente complexo interagências, servindo de modelo para missões futuras e tendo a Operação Acolhida como referência.

4 A IMPORTÂNCIA DA VENEZUELA NO CENÁRIO REGIONAL E COMO A CRISE DAQUELE PAÍS TEM IMPACTADO A REGIÃO

4.1 A IMPORTÂNCIA DA VENEZUELA NO CENÁRIO REGIONAL

A Venezuela está localizada no extremo Norte do subcontinente da América do Sul. Este país, possui a parte Sul de seu território fazendo fronteira com a parte Norte dos estados brasileiros do Amazonas e de Roraima, possuindo pouco mais de 2 mil quilômetros de fronteira. Esta demarcação foi realizada por meio do Tratado de 1859 que no seu Artigo II acordava o seguinte:

S.M. o Imperador do Brasil e a Republica de Venezuela declaram e definem a linha divisoria da maneira seguinte:

1º) - Começará a linha divisoria nas cabeceira do rio Memachi; e seguindo pelo mais alto do terreno, passará pelas cabeceiras do Aquio e Tomó e do Guaicia e Iquiare ou Issana. De modo que todas as aguas que vão ao Aquio e Tomó fiquem pertencendo a Venezuela, e as que vão ao Guaicia, Xié e Issana ao Brasil; e atravessará o Rio Negro defronte a ilha de S. José, que está próxima à pedra de Cucuhy.

2º) - Da ilha de S. José seguirá em linha recta, cortando o canal Maturaca na sua metade, ou no ponto que accordarem os commissarios demarcadores, e que divida convenientemente o dito canal; e dali passando pelos grupos dos morros Cupi, Imery, Guay e Urucusiro, atravessará o caminho que communica por terra o rio Castanho com o Marari, e pela serra Tapirapecó buscará os cumes da serra Parima, de modo que as aguas que correm ao Padaviri, Mariri e Cababoris, fiquem pertencendo ao Brasil; e as que vão ao Turuaca ou Idapa ou Xiaba à Venezuela.

3º) - Seguirá pelo cume da serra parima até ao angulo que faz esta com a serra Pacaraima, de modo que todas as aguas que correm ao Rio-Branco fiquem pertencendo ao Brasil, e as que vão ao Orinoco à Venezuela; e continuará a linha pelos pontos mais elevados da dita serra Pacaraima, de modo que as aguas que vão ao Rio-Branco fiquem, como se ha dito, pertencendo ao Brasil, e as que correm ao Essequibo, Cuyuni e Caroni à Venezuela, até onde se estenderem os territorios dos dous Estados na sua parte Oriental (MRE, 1861).



Figura 1- Posição da Venezuela em relação ao Brasil e o mar do Caribe
Fonte: (BRASIL, 2019 a)

A Venezuela é um país de extrema importância no cenário Sul-americano e é dotado de uma área de cerca de 900 mil km² de terras descontínuas. O fato de ser banhada pelo mar do Caribe, permite o acesso privilegiado aos Estados Unidos da América e a Europa, grandes parceiros econômicos do Brasil.

Sua posição geográfica também lhe proporciona grande biodiversidade. Considerado um dos poucos Estados do planeta com grande diversidade biológica (MMA, 2010), a Venezuela possui a parte Sul do seu território composto pela floresta Equatorial da Amazônia. Este acontecimento facilita a presença de grande diversidade de fauna e flora, sendo o *habitat* de várias espécies de animais, peixes e plantas que não só oferecem segurança alimentar, mas também possibilitam a extração de recursos estratégicos para uso futuro, como o uso da biotecnologia.

Os venezuelanos detêm, atualmente, uma das maiores reservas de petróleo e de gás natural do mundo (BARBOSA, 2019). Esta situação favorece a economia do país, já que os combustíveis fósseis ainda são bastante utilizados de forma prioritária frente aos renováveis, possibilitando a sua exportação para melhorar a balança comercial nacional e/ou sua utilização como energia na própria indústria.

A Venezuela também dispõe de grande potencial elétrico. Possui a hidrelétrica de Guri, considerada uma das cinco maiores do mundo com capacidade de cerca de 10.000 MW e está localizada no rio Caroni, principal rio venezuelano (PENA, 2019). Tudo isso coloca os venezuelanos como um dos principais produtores de energia

hidrelétrica do subcontinente, exportando parte desse bem para o estado brasileiro de Roraima, única unidade federativa não integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e por isso dependente da eletricidade externa (ANEEL, 2019).

Aquele país ainda possui população estimada em cerca de 30 milhões de habitantes. Atualmente, devido a grave crise financeira que encontra sua economia, com altas taxas de inflação e de desemprego, reduziu de sobremaneira o poder de compra da população. Porém, se houver melhora da renda per capita dos venezuelanos, esse país pode se tornar um relativo mercado consumidor para produtos industrializados, incrementando o comércio entre os Estados Sul-americanos (FRANCISCO, 2019).

Por todos esses fatores acima dispostos, percebe-se que a Venezuela tem a capacidade de contribuir mais incisivamente para a região Sul-americana. Nesse contexto, com sua melhora econômica, este país poderá participar de maneira mais incisiva no desenvolvimento da área em questão. Nota-se também que o Brasil pode se beneficiar diretamente com o fim da crise daquele Estado, auxiliando na melhora do desenvolvimento do subcontinente como um todo e na manutenção do protagonismo regional brasileiro.

4.2 OS IMPACTOS DA CRISE NA REGIÃO

A diminuição do preço do barril do petróleo no mercado internacional é considerada o grande causador da crise na Venezuela. O país tem sua economia baseada nessa *commodity* acompanhou seu poder de investimento despencar com a redução do valor daquele óleo mineral no mercado mundial ao longo dos anos. Isso tem causado, entre outras coisas, o comprometimento da manutenção do sistema de energia venezuelano, provocando recentes apagões naquele país e colocando em risco também a segurança energética do estado de Roraima (SANTOS; ANJOS; SENHORAS, 2019).

A crise humanitária talvez tenha sido o impacto mais conhecido e explorado pela mídia nos últimos meses. Este fato tem sido o responsável pela Venezuela ser o centro das atenções do mundo, gerando grandes problemas para a sua população e para os países em seu entorno. Abaixo, existe uma definição de emergência complexa:

Uma crise humanitária multifacetada em um país, região ou sociedade em que há uma divisão total ou considerável de autoridade resultante de conflito interno ou externo e que requer uma resposta internacional multissetorial que vai além do mandato ou capacidade de qualquer agência e / ou o programa nacional da ONU em curso. Tais emergências têm, em particular, um efeito devastador sobre crianças e mulheres, e exigem uma gama complexa de respostas (OCHA, 2008) (Tradução nossa).

A imigração é outro problema bastante divulgado nos últimos meses. Milhares de venezuelanos têm procurado abrigo em outros países, buscando encontrar uma melhor qualidade de vida não encontrada em seu território. De acordo com algumas agências da ONU especializadas, como o Alto Comissariado para Refugiados (ACNUR), responsável por refugiados e a IOM (Organização Internacional de Migração), responsável por migrações, foram divulgados os seguintes dados:

[...] em novembro de 2018, o número de refugiados e de migrantes oriundos da Venezuela tinha atingido a soma de três milhões de pessoas no mundo todo. No mesmo levantamento foi constatado que a Colômbia abriga o maior número de refugiados e migrantes da Venezuela, um total de mais de um milhão de pessoas. Em seguida vem o Peru, com mais de meio milhão de venezuelanos, o Equador com mais de 220 mil, a Argentina com 130 mil, o Chile com mais de 100 mil e o Brasil com 85 mil (ACNUR/OIM, 2019).



Figura 2 - Fronteira do Brasil com a Venezuela
Fonte: (CHAVES, 2019)

A instabilidade política é outro ponto negativo da crise. A fragilidade do governo de Maduro faz com que necessite de apoio de outros países, como a Rússia e a China. Estes, além de parceiros ideológicos, vislumbram o acesso às grandes reservas de petróleo venezuelanas, visando sustentar seus grandes parques industriais (NEWS,

2019). Por outro lado, existe a figura de Guaidó, líder da oposição e Presidente autoproclamado da Venezuela que também necessita de apoio externo. Contando com o apoio de vários países como EUA, interessado em manter sua hegemonia no continente americano e Brasil. Este conflito tem gerado divergências políticas entre potências mundiais, que já planejam enviar tropas para o local, caso a situação não evolua (DEFESANET, 2019 b), dando início ao jogo de dissuasão na área.

Todo esse cenário dificulta a integração Sul-americana. A suspensão da Venezuela do Mercosul (MERCOSUL, 2017), aliado ao surgimento do Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América Latina (Prosul) em oposição a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) (EXMAN, 2019), que unia grande parte dos países do subcontinente, dificultando ainda mais a coesão da região e prejudicando o crescimento econômico e social conjunto da área em questão.

Verifica-se que crise venezuelana proporciona grandes óbices para a maioria dos demais países da região. Pode-se afirmar que o Brasil é um dos Estados mais prejudicados, podendo ser favorecido com o restabelecimento da ordem regional, facilitando a manutenção do seu protagonismo regional.

5 AS AÇÕES DO BRASIL PARA MITIGAR A CRISE EM TERRITÓRIO NACIONAL

5.1 A OPERAÇÃO ACOLHIDA

A operação Acolhida foi a solução encontrada pelo Brasil para evitar que os reflexos da crise venezuelana se espalhem pelo território nacional, além de respeitar os seus preceitos constitucionais contidos no artigo 4º da Carta Magna brasileira. Com isso, se evita uma medida mais radical, como o fechamento da fronteira, prática atualmente usada por outros países do mundo, como os europeus.

As migrações são os movimentos de entrada (imigração) ou saída (emigração) de indivíduo ou grupo de indivíduos, em busca de melhores condições de vida, podendo ser entre países diferentes ou dentro de um mesmo Estado. Esses deslocamentos sempre existiram desde os primórdios da humanidade, que naturalmente se ajustavam pelo mundo da época.

Com o passar do tempo, a ONU começou a identificar possíveis problemas em decorrência das migrações que possuem os conflitos como causa. Por esse motivo, resolveu criar o Estatuto dos Refugiados. Este documento, adotado em 28 de julho de

1951, buscava resolver a situação dos refugiados na Europa após a Segunda Guerra Mundial, definindo quem vem a ser um refugiado, além de esclarecer os direitos e deveres entre os refugiados e os países que os acolhem, de acordo com (ACNUR, 2019).

O refugiado é considerado outro tipo específico de migrante entre países. Para que este indivíduo ganhe esse *status*, ele tem que provar sua condição forçada para o deslocamento, conforme sua definição abaixo:

Uma pessoa que, devido a um receio fundado de ser perseguida por razões de raça, religião, nacionalidade, filiação a um determinado grupo social ou opinião política, ou razões devido à agressão externa, ocupação, domínio estrangeiro ou eventos a sério perturbar a ordem pública em qualquer parte ou em todo o seu país de origem ou nacionalidade, é obrigado a deixar o seu local de residência habitual para procurar refúgio fora do seu país de origem ou nacionalidade e não pode ou, devido a esse receio, não está disposto a protecção do seu país de origem ou nacionalidade (OCHA, 2008) (tradução nossa).

Ocorre que atualmente, devido a crises recentes, como a guerra da Síria e os conflitos étnicos e/ou religiosos ocorridos principalmente na África, têm ocasionado o aumento do número de pessoas que estão se deslocando em busca de melhores condições de vida em outros lugares. Com isso, aumentou a dificuldade de absorção desses indivíduos que, normalmente, tem buscado o mesmo destino, como Estados próximos e mais desenvolvidos, causando grandes transtornos para os países e cidades que os recebem (GORTÁZAR, 2019).

Costumeiramente esses migrantes não possuem uma grande qualificação que dificulta na absorção destes no mercado de trabalho nos países de destino. Outro fator preocupante, são as condições precárias que famílias inteiras têm se aventurado na busca de melhor qualidade de vida. Habitualmente, os deslocamentos têm sido feitos sem as condições básicas de segurança e humanidade, criando um “mercado paralelo” que se beneficia desta tragédia mundial (PAULO, 2019).

O mundo tem acompanhado recentemente uma série de tragédias de pessoas, onde frequentemente, famílias inteiras se aventuram em busca de uma melhor qualidade de vida (EBC, 2019). Essa busca, muitas vezes desesperada, tem causado a perda de muitas vidas ao longo dos últimos anos, aumentando ainda mais o apelo mundial por políticas e ações governamentais que possam mitigar essa calamidade.

Historicamente o Brasil sempre recebeu bastante migrantes. Durante a época que o país era colônia de Portugal, o Estado brasileiro recebeu grande quantidade de negros africanos, que serviram de mão-de-obra para os distintos ciclos econômicos da época. Já no fim do século XIX e no início do século XX, o Brasil recebeu grande

leva de imigrantes europeus, como italianos, que auxiliaram no desenvolvimento agrícola do país. Mais recentemente, os brasileiros têm mantido essa tradição de receber pessoas oriundas de outros Estados, não importando o motivo que tenha originado esse deslocamento (BRASILESCOLA, 2019).

Porém, a recente crise venezuelana acarretou na entrada de grande fluxo de pessoas em pequeno espaço de tempo, gerando problemas em território brasileiro, como a ocupação desordenada em espaços públicos, a xenofobia (MENDONÇA, 2019), entre outros, principalmente nas cidades localizadas no estado de Roraima, como Pacaraima e Boa Vista.

Em virtude dos problemas elencados anteriormente, o Brasil se viu forçado a reagir no intuito de amenizar os seus efeitos dentro do seu território. No dia 15 de fevereiro de 2018 editou o decreto número 9.285 (BRASIL, 2018 a), reconhecendo a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório que provocou crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela.

No mesmo dia, também foi promulgado a Medida Provisória número 820, que dispõe sobre as medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoa em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, conforme o objetivo, no texto abaixo:

[...] articular ações integradas destinadas a pessoas, nacionais ou estrangeiras, que façam parte de fluxo migratório desordenado, a serem desempenhadas pelos Governos federal, estaduais, distrital e municipais, por meio de adesão a instrumento de cooperação federativa, no qual serão estabelecidas as responsabilidades dos entes federativos envolvidos (BRASIL, 2018 c).

No mesmo documento, em seu artigo 4º, visou também a ampliação de algumas políticas:

Art. 4º As medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária visam à ampliação das políticas de:

I - proteção social;

II - atenção à saúde;

III - oferta de atividades educacionais;

IV - formação e qualificação profissional;

V - garantia dos direitos humanos;

VI - proteção dos direitos das mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, população indígena e comunidades tradicionais atingidas;

VII - oferta de infraestrutura e saneamento;

VIII - segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras;

IX - logística e distribuição de insumos; e

X - mobilidade, distribuição no território nacional e apoio à interiorização das pessoas mencionadas no **caput** .

§ 1º No âmbito da administração pública federal, a promoção das políticas de que trata o **caput** ocorrerá de forma integrada entre os Ministérios competentes.

§ 2º Convênios ou instrumentos congêneres poderão ser firmados com entidades e organizações da sociedade civil.

§ 3º As ações relacionadas à política de que trata o inciso X do **caput** dependerão de manifestação prévia de vontade das pessoas atingidas que queiram se estabelecer em outro ponto do território nacional (BRASIL, 2018 c).

Outro documento assinado na mesma data foi o decreto número 9.286 (BRASIL, 2018 b). Este documento buscou envolver os diversos ministérios brasileiros na resolução da crise, dizendo o seguinte no seu artigo 1º:

O Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, instituído pelo art. 6º da Medida Provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018, será composto por um representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos:

I - Casa Civil da Presidência da República, que o presidirá;

II - Ministério da Justiça e Segurança Pública;

III - Ministério da Defesa;

IV - Ministério das Relações Exteriores;

V - Ministério da Educação;

VI - Ministério do Trabalho;

VII - Ministério do Desenvolvimento Social;

VIII - Ministério da Saúde;

IX - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

X - Ministério da Integração Nacional;

XI - Ministério dos Direitos Humanos; e

XII - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Com isso, foi criada a Operação Acolhida, por meio da Diretriz Ministerial número 03/2018, que tem como missão:

Cooperar com os Governos Federal, Estadual e Municipal com as medidas de assistência emergencial para acolhimento de imigrantes provenientes da Venezuela, em situação de vulnerabilidade (pessoas desassistidas), decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária (BRASIL, 2018 c).

Pela primeira vez na história do país foi criada uma ação de grande vulto com a finalidade de garantir a recepção de estrangeiros. Fruto disso, as Forças Armadas do Brasil têm auxiliado a operação com o seguinte objetivo:

Ordenamento da fronteira, com um fluxo imigratório controlado, com todos os imigrantes assistidos nos diversos abrigos, estando em condições de serem absorvidos pelo sistema de ensino e mercado de trabalho local, participando do processo de interiorização ou retornando voluntariamente ao seu país de origem (DEFESANET, 2019 a).

A operação Acolhida tem abarcado dezenas de diferentes órgãos públicos de diferentes esferas administrativas. Além disso, também compreende outras organizações nacionais e internacionais, agências da ONU, ONGs nacionais e internacionais, entre outros atores. Entre os diferentes atores desdobradas no terreno estão:

Órgãos federais (Receita Federal, Agência Brasileira de Inteligência, Força Nacional do Sistema Único de Saúde e Vigilância do Trânsito Agropecuário Internacional); órgãos do Estado de Roraima (Governo do estado, Companhia das Águas, Eletrobrás, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e

Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde); órgãos municipais de Boa Vista (Prefeitura, Secretaria de Obras, Secretaria de Ação Social e Guarda Municipal); órgãos de segurança pública (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública e Polícias Militar e Civil do Estado de Roraima); organismos internacionais (United Nations High Commissioner for Refugees, United States Agency for International Development/Office of US Foreign Disaster Assistance, International Organization for Migration, United Nations Population Fund e Associazione Volontari per il Servizio Internazionale – Itália); organizações não governamentais (Fraternidade Federação Humanitária Internacional, Fundação Pan-americana para o Desenvolvimento, Fraternidade sem Fronteiras e Telecoms sans Frontières – França); e entidades religiosas ou filantrópicas (Igreja Católica, Igreja Metodista, Igreja Adventista, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Cruz Vermelha Internacional, Rotary Clube Internacional e Cáritas Brasileira) (DE OLIVEIRA, 2018).

No intuito de responder à altura das demandas diárias surgidas, foi criado o Estado-Maior Conjunto Interagências da Força-Tarefa Logística Humanitária Roraima, composto por militares das três Forças Armadas. Essa estrutura tem como missão coordenar o ordenamento da fronteira, organizando a chegada dos venezuelanos, o abrigo, que é a divisão dos desassistidos em alojamentos e a interiorização, que consiste na absorção dessas pessoas pelos estados brasileiros de acordo com suas demandas (DE OLIVEIRA, 2018).

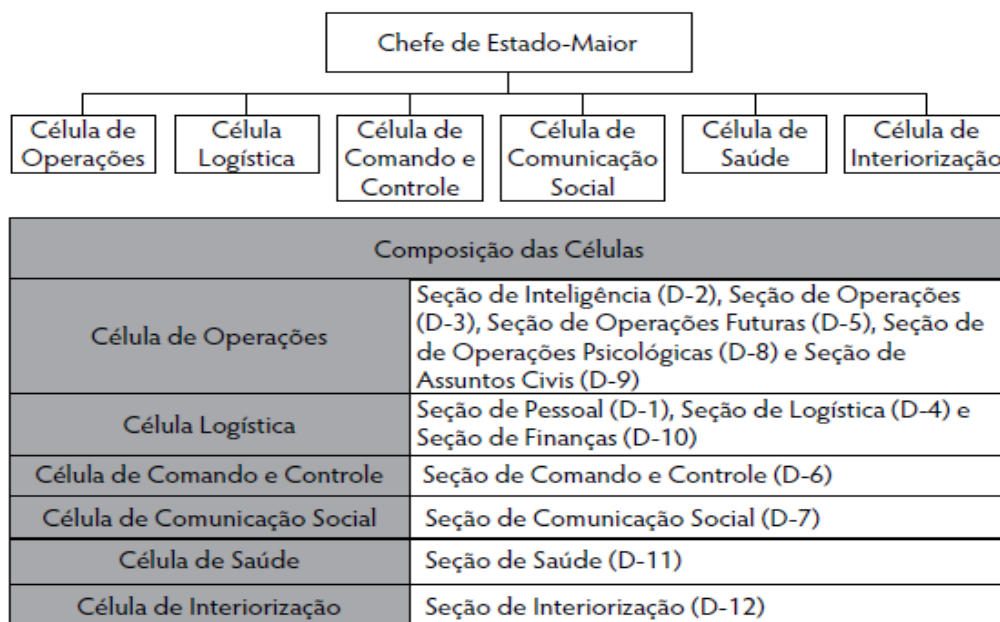


Figura 3 - Constituição do Estado-Maior Conjunto Interagências da Força-Tarefa Logística Humanitária Roraima
Fonte: (DE OLIVEIRA, 2018)

Também, de acordo com (DE OLIVEIRA, 2018), a Força-Tarefa Logística Humanitária Roraima, possui agências humanitárias, como a ACNUR e a OIM e outros órgãos do Governo Federal, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Todas elas auxiliam o fluxo de entrada dos venezuelanos em território brasileiro de acordo com a finalidade de sua existência. A figura abaixo demonstra a síntese do trabalho que é realizado:

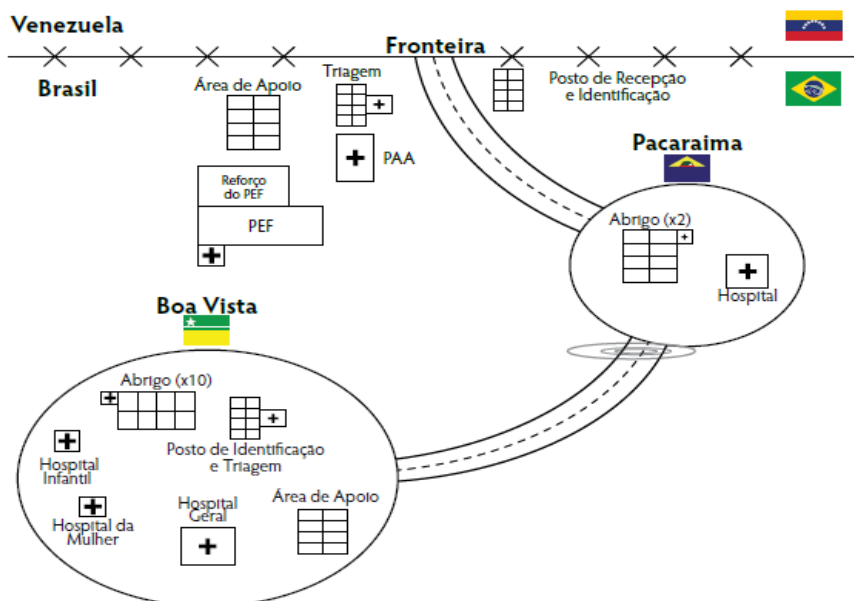


Figura 4 - Fluxo migratório venezuelano no Brasil
Fonte: (DE OLIVEIRA, 2018)

Após feitos todos os procedimentos de entrada no território nacional, os venezuelanos que são conduzidos para cidade de Boa Vista são distribuídos, de acordo com seu estado civil e gênero, nos abrigos dispostos nos seguintes bairros (BRASIL, 2019 b):



Figura 5 - Bairros da cidade de Boa Vista onde estão localizados os abrigos
Fonte: (BRASIL, 2019 b)

De acordo com fontes do governo, centena de milhares de venezuelanos já foram atendidas pela operação Acolhida:

No âmbito da Operação Acolhida, conforme dados recentes, mais de 300 mil venezuelanos foram atendidos nos postos de fronteira de recepção, identificação e triagem, em Roraima. Dessas pessoas, 175 mil solicitaram regularização migratória, sendo 75 mil pedidos de refúgio 100 mil pedidos de residênciatemporária.

Já foram administradas 300 mil doses de vacinas e emitidas 50 mil carteiras de trabalho. Em Roraima, nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, estão instalados 13 abrigos temporários e um de albergamento. Em breve será disponibilizada estrutura de abrigamento também em Manaus. Existem abrigos específicos para famílias, solteiros e indígenas (COSTA, 2019).

Observa-se que a operação Acolhida tem cumprido a sua finalidade, visto a grande quantidade de atores nacionais e internacionais. Esta pode ser usada como modelo de uma missão interagências, com o foco em ações humanitárias, servindo de modelo para possíveis operações futuras com esse viés.

5.2 PROBLEMAS QUE TÊM DIFICULTADO OS RESULTADOS

O êxito da operação Acolhida tem sido buscado por todas as pessoas e instituições, sejam elas nacionais ou internacionais que buscam incessantemente amparar todos aqueles que buscam ajuda. Os atores envolvidos procuram diariamente passar por cima de obstáculos de toda a espécie, levando a mão amiga para aqueles que a necessitam.

Ocorre que cada diferente órgão tem sua maneira de conduzir determinados processos, assim como distintos *modus operandi* para resolução de problemas que surgem no dia a dia. Tudo isso tem dificultado a coordenação entre todos os atores envolvidos, gerando alguns obstáculos¹.

A criação do Ministério da Defesa, no ano de 1999, buscou melhorar a integração entre as três Forças Armadas. Passados mais de vinte anos da sua criação, ainda existem algumas discrepâncias entre os planejamentos de Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Estas diferenças, vem sendo mitigados pelos vários exercícios conjuntos que aquele órgão governamental tem planejado, com suas três Forças, ao longo desses anos de existência. Outra medida é a confecção de manuais que tem buscado a padronização e melhor integração de todas as Forças.

¹ Conhecimento adquirido no processo de atualização de instrutores no CCOPAB, no ano de 2018. Esta metodologia visa difundir os conhecimentos adquiridos pelos militares que participaram de missões, como a operação Acolhida, não possuindo registros em livros e manuais.

A operação Acolhida tem sido mais uma oportunidade de as forças militares trabalharem em conjunto. Após os grandes eventos realizados pelo Brasil nos últimos anos, como as Olimpíadas, a Copa do Mundo, entre outras, esta missão pode se tornar um modelo de emprego conjunto dos militares, tornando-se referência para eventos futuros.

Não é incomum o uso de distintos órgãos governamentais e organizações não governamentais trabalhando juntos em um mesmo ambiente. Além dos grandes eventos citados anteriormente, existiram também, nos últimos anos, acontecimentos que exigiu do Governo Federal o desdobramento de diversos setores. Grande parte desses episódios também contou com a presença de atores não estatais que contribuíram de sobremaneira para propiciar clareza e legalidade a essas eventualidades. Pode-se citar como exemplo no Brasil:

- Durante a fase da invasão do Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, em 2010, existiu a presença inicial de elementos das Forças Armadas e de segurança pública, tendo em vista a necessidade da imposição da força frente as ameaças dos malfeitores locais. Já na fase seguinte, de ocupação, contou ainda com as forças de segurança, para a manutenção do ambiente seguro e estável da localidade, mas contou também com o incremento de algumas ONGs, existindo a integração entre os órgãos governamentais e não estatais (CARNEIRO, 2019).

- A recente tragédia ambiental de Brumadinho, onde uma barragem da empresa Vale se rompeu em janeiro do corrente ano em Minas Gerais, é mais um exemplo de operação que conta com distintos atores. Ela contou com a presença das Forças Armadas do Brasil e de Israel, além de outros órgãos, como o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil de Minas Gerais, que reuniram esforços para, no primeiro momento, socorrer as vítimas do desastre, tentando mitigar os efeitos do ocorrido sobre a população local. Destaca-se o fato que as Forças Armadas podem cumprir estes tipos de missões, chamadas de subsidiárias, de acordo com o artigo 9º da Lei Complementar nº 69, de 23 de julho de 1991 (BRASIL, 1991). Ressalta-se também a presença de instituições não estatais que auxiliaram de várias formas, como no suporte aos familiares dos desaparecidos e na arrecadação de doações para os moradores atingidos (PATI, 2019).

Pode-se também citar como exemplo no exterior:

- No ano de 2010, um terremoto de magnitude 7 devastou o Haiti, causando mais de cem mil mortos e cerca de trezentos mil desabrigados (BBC, 2019). Este

desastre fez com que as forças brasileiras da ONU tivessem que ter a flexibilidade de mudar o escopo da missão para uma ajuda humanitária, tendo a oportunidade de trabalhar com várias agências internacionais, como a Cruz Vermelha. Como o Brasil estava chefiando a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti), resolveu enviar mais um batalhão brasileiro para atuar naquele país caribenho, o 2º Batalhão de Infantaria Brasileiro (BRABAT 2), projetando internacionalmente as Forças Armadas do Brasil.

- Em março do corrente ano, o ciclone Idai atingiu a África deixando rastro de destruição e cerca de dois milhões de desabrigados. Esta catástrofe internacional também contou com o apoio do Brasil que enviou dois aviões de transporte Hércules C-130, da Aeronáutica, contendo equipes de resgate e salvamento da Força Nacional, contendo especialistas em buscas. Enviou também kits de medicamentos e insumos básicos de saúde suficientes para prover assistência emergencial, além de recursos financeiros no intuito de amenizar o sofrimento das vítimas daquele fenômeno meteorológico (VALENTE, 2019).

Por ser uma missão bastante desgastante e com grande demanda de pessoal, o Comando da Operação decidiu fazer o rodízio de seus militares. Com isso, ele criou a possibilidade de que vários militares tenham a oportunidade de trabalhar nesse distinto cenário, aumentando a capacitação de seus recursos humanos. Porém, essa iniciativa dificulta ainda mais a interlocução entre os atores de alto escalão, tendo em vista a falta de continuidade, complicando ainda mais esse cenário.

A doutrina interagência brasileira está desatualizada e ainda é dependente de um manual confeccionado pelo Ministério da Defesa, conforme o texto abaixo:

A parca doutrina sobre atividades interagências no Brasil resume-se à do Ministério da Defesa. Dentre as publicações atinentes ao assunto, a principal é a MD33-M-12 – Operações Interagências, aprovada pelo Ministro da Defesa por meio de Portaria Normativa. Sua primeira edição, em 2012, estava baseada na doutrina estadunidense já descontinuada de 2006, cuja característica principal era a presença de *international organizations, agencies of foreign nations, public and private charitable agencies, and religious organizations*,⁵ de acordo com a versão de 2006 da *Joint Publication 3-08*. Contudo, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, a partir de 2011, excluiu a participação desses atores das chamadas operações interagências, e atualmente a revisão em vigor é a de 2016. Atualmente, a principal doutrina formal no Brasil sobre atividade interagências, cuja segunda versão revisada foi lançada em 2017, continuou baseada nos conceitos estadunidenses de 2006 (NETO; BARP; CARDOSO, 2017, p. 246).

Também conforme (NETO; BARP; CARDOSO, 2017, p. 247), o manual MD33-M-12, única referência de operações interagências, ignora o a parte de possíveis atores ou organismos que não sejam militares, conforme o texto:

Apesar do MD33-M-12 – Operações Interagências reconhecer em seu texto que cada organização é singular, possuindo cultura, filosofia, objetivos, práticas e habilidades próprias e que essa diversidade é que caracteriza a força do processo interagências, conforme observado no item 2.2.2 das “Disposições Gerais”, o documento passa a ser contraditório em seu capítulo III, que trata do “Planejamento e Condução das Atividades Interagências”. Neste capítulo, conforme o próprio documento, é descrito as relações interagências e o papel dos atores envolvidos. No item 3.1.4 fica estabelecido que o planejamento da operação interagências segue o previsto em outra publicação do Ministério da Defesa, o MD30-M-01 – Doutrina de Operações Conjuntas, no qual é descrita a Sistemática de Planejamento e Emprego Conjunto das Forças Armadas (SisPECFA), que ignora o papel de eventuais elementos de organizações civis.

Repara-se que a operação Acolhida tem cumprido bem a missão humanitária de servir como um “Comitê de Recepção” para os venezuelanos que estão buscando melhor qualidade de vida no Brasil. Esta ação tem executado o seu papel de elencar as necessidades daqueles migrantes, bem como tem buscado interiorizar.

6 A MELHOR MANEIRA DE CAPACITAR OS QUADROS

6.1 PREOCUPAÇÃO BRASILEIRA COM O PREPARO DA TROPA

Desde o fim da Guerra Fria, no início da década de 1990, novos problemas se apresentaram no mundo, como os conflitos religiosos e étnicos, tráfico internacional de drogas, as migrações, entre outros. Estas novas demandas têm se tornado um grande desafio para os Estados que são os responsáveis pela segurança humana de sua população.

Todos esses problemas têm sido debatidos a exaustão nos fóruns internacionais e em reuniões de organismos transnacionais, como a ONU. Porém, as ações tomadas para dirimir esse problema, que parece estar longe de uma solução definitiva, não estão surtindo o efeito desejado, aumentando o impasse dessa controvérsia.

Preocupado com essas novas demandas do mundo atual, o Exército Brasileiro finalizou, em maio de 2016, o Relatório dos Cenários Prospectivos da Força Terrestre para o ano de 2035 (BRASIL, 2016). Este documento elencou inúmeras variáveis,

entre elas, o emprego do Exército em operações de ajuda humanitária sob a égide de organismos internacionais, sendo está uma variável não selecionada.

A Política Nacional de Defesa (PND), foi criada no ano de 1996, com o objetivo de dirigir esforços de todos os ramos da sociedade brasileira para garantir a soberania e a integridade do país, além de buscar, com êxito, os objetivos nacionais. Este documento, já foi por algumas vezes atualizado e ressalta a importância da ajuda humanitária em sua versão mais nova, concluída em 2016 e aprovada em 2018 e que ressalta na página 9 a seguinte colocação:

2.3.7 A demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tende a acentuar-se, de sorte que o País poderá ser impelido a incrementar sua participação nesses tipos de missão. Além do aumento de sua influência política em nível global, a participação em operações internacionais permitirá ao Brasil estreitar laços de cooperação por intermédio das Forças Armadas e ampliar sua projeção no concerto das nações (BRASIL, 2016 b).

A Estratégia Nacional de Defesa (END), criada em 2008, também tem passado por sucessivas revisões. Tem como propósito orientar os seguimentos do Estado brasileiro quanto as medidas que devem ser implementadas para que os objetivos nacionais possam ser concretizados. Esta escritura também cita o termo ajuda humanitária em seu corpo, estando grafado o seguinte texto em sua página 25:

Adicionalmente às atribuições constitucionais, as três Forças deverão ter condições de atuar, de forma singular ou conjunta, em operações internacionais, quer de caráter expedicionário, de operações de paz ou de ajuda humanitária, para atender a compromissos assumidos pelo País ou para salvaguardar os interesses brasileiros no exterior e, dessa forma, contribuir com os objetivos da política externa exercida pelo Brasil (BRASIL, 2016).

O mesmo documento cita também, na página 28, o seguinte texto:

O Exército deverá, também, ter a capacidade de projeção de poder, constituindo uma Força Expedicionária, quer para operações de paz, ajuda humanitária ou demais operações, para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais ou para salvaguardar interesses brasileiros no exterior.

A END-2016 também explica outros termos importantes, como estratégia de Defesa (ED) e Ações Estratégicas de Defesa (AED), conforme o texto da página 32:

Com base nas considerações constantes do presente marco normativo, o Brasil orienta suas iniciativas na área de defesa no seu nível mais amplo, segundo as Estratégias de Defesa – ED, diretamente alinhadas aos Objetivos Nacionais de Defesa estabelecidos na Política Nacional de Defesa. Complementarmente, a cada Estratégia de Defesa são incorporadas Ações Estratégicas de Defesa – AED, que visam orientar as medidas que deverão ser implementadas no sentido da consecução dos Objetivos Nacionais de Defesa.

Uma ED pode contribuir para mais de um Objetivo Nacional de Defesa, o mesmo ocorrendo com as Ações Estratégicas de Defesa em relação às Estratégias. Nesse caso, podem ser de naturezas idênticas ou distintas.

Neste documento, fica explícito a preocupação do país com as possíveis demandas futuras por ajuda humanitária, de acordo com a página 38 da END, que cita:

OND-5: Contribuir para a Estabilidade Regional e para a Paz e Segurança Internacionais

[...]

ED-13 Atuação em organismos internacionais

Trata da atuação do Brasil em foros e organizações internacionais e da participação das Forças Armadas e de contingentes policiais em missões humanitárias e de operações de paz sob o mandato de organismos multilaterais.

AED-50 Intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos inter-regionais.

[...]

AED-52 Desenvolver capacidades das Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais, sob mandato de organismos multilaterais.

AED-53 Aperfeiçoar o adestramento de civis e militares para participação em operações internacionais (Grifo do Autor).

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) é mais um documento expedido pelo Brasil sobre as atividades de defesa. Tem como, objetivo divulgar para a sociedade brasileira e a comunidade internacional sobre as políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e proteção à nossa soberania. Visa também encorajar o debate sobre esse tema na sociedade brasileira (BRASIL, 2016 a). Este documento faz parte das diretrizes emanadas da Lei Complementar número 136, de 25 de agosto de 2010, que altera a Lei Complementar número 97 (BRASIL, 1999), de 9 de junho de 1999, que diz:

§ 3º O Poder Executivo encaminhará à apreciação do Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária, de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, a partir do ano de 2012, com as devidas atualizações:

I - a Política de Defesa Nacional;

II - a Estratégia Nacional de Defesa;

III - o Livro Branco de Defesa Nacional.

O LBDN também faz referência as operações humanitárias em sua página 48:

O EMCFA exerce papel fundamental na execução da Estratégia Nacional de Defesa, pois é o responsável por coordenar programas de interoperabilidade com a finalidade de otimizar os meios militares na defesa do País, na segurança de fronteiras e em operações humanitárias e de resgate.

Demonstrando a preocupação em capacitar seus quadros, as Forças Armadas têm participado de alguns exercícios militares com outros países ao longo dos anos. De acordo com o LBDN, as seguintes operações militares simuladas, envolvendo ajuda humanitária foram desenvolvidos:

<p>COOPERACIÓN II (Virtual)</p> <p>Brasil e Argentina</p>	<p>É um exercício multinacional de ação simples cujo enfoque principal é a integração das Forças Aéreas do SICOFAA nos processos de planejamento, coordenação, comando e controle de operações aéreas em situações de desastres naturais, ajuda humanitária e Busca e Resgate.</p>
<p>COOPERACIÓN III</p> <p>Brasil e Peru</p>	<p>É um exercício multinacional de ação simples, previsto para 2014, cujo enfoque principal é a integração das Forças Aéreas do SICOFAA nos processos de planejamento, coordenação, comando e controle de operações aéreas em situações de desastres naturais, ajuda humanitária e Busca e Resgate.</p>

(Grifo do Autor)

Outro documento que aborda assuntos relativos à ajuda humanitária é o Planejamento Estratégico Setorial. Este tem como objetivo contribuir para a dissuasão, apresentando as Estratégias Setoriais de Defesa (ESD) e as Ações Setoriais de Defesa (ASD) de caráter exclusivamente militar constam da Estratégia Militar de Defesa (EMD).

Este fato é abordado, conforme o texto:

4. INCREMENTAR O APOIO À POLÍTICA EXTERNA

[...]

ESD 4.2 - Contribuir para a cooperação internacional

ASD 4.2.1 - Ampliar a cooperação com os países do entorno estratégico.

ASD 4.2.2 - Incrementar a cooperação de interesse da defesa com países situados fora do entorno estratégico.

ASD 4.2.3 - Participar de operações de ajuda humanitária². (Grifo do Autor)

Identifica-se que o Brasil tem ciência que as novas demandas globais, como as migrações, não serão resolvidas em curto espaço de tempo. Baseado nisso, tem projetado como bastante provável a existência de ações humanitárias seja em território nacional ou no exterior. Com isso, expôs em seus principais documentos orientações para serem seguidas a fim de alcançar os seus objetivos nacionais.

6.2 O CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL

Em 23 de fevereiro de 2005, por meio da Portaria do Comandante do Exército Nr 090, foi criado o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOPaz). Este, tinha como missão o apoio ao compromisso internacional assumido com a ONU relativo à

² Planejamento Estratégico Setorial

Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), conduzindo as atividades de preparação da então Brigada Haiti (CAIAFA, 2017).

Com o terremoto de 12 de janeiro de 2010, o país sentiu a necessidade de se criar um Centro Conjunto, visando uma maior excelência no preparo da tropa e principalmente, integrando as três Forças Armadas (CAIAFA, 2017). Ficou definido a criação de um Estabelecimento de Ensino militar especializado em operações de paz e que congregasse Marinha, Exército e Aeronáutica, sendo criado em 15 de junho de 2010, por meio da portaria nº 952 do Ministério da Defesa (MD) (BRASIL, 2010 b).

O CCOPAB foi criado com o objetivo de preparar militares, policiais militares e civis, brasileiros e de nações amigas, para serem desdobrados em missões de paz e de desminagem humanitária sob a égide de organismos internacionais (CCOPAB, 2019 a). Esta Unidade tem também a responsabilidade de concentrar as oportunidades de melhoria e as melhores práticas das missões deste tipo pelo mundo, procurando assim estar atualizado com as demandas internacionais.

Nesse sentido, o Centro Conjunto disponibiliza, regularmente, as seguintes atividades (TEIXEIRA, 2018):

- Preparação de Contingentes (tropa):
 - a. Estágio de Preparação para Comandantes de Organização Militar e Estado-Maior para Missões de Paz (EPCOEM);
 - b. Estágio de Tradutores e Intérpretes Militares (ETIMIL)
 - c. Estágio de preparação para Comandantes de Subunidade e Pelotão para Missões de Paz (EPCOSUPEL);
 - d. Estágio de Logística e Reembolso em operações de Paz (ELROP);
 - e. Estágio de Proteção de Civis (EPC);
 - f. Estágio de Coordenação Civil-Militar (CIMIC);
 - g. Exercício Básico de Operações de Paz (EBOP); e
 - h. Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP).

Destaca-se o fato que os estágios de tropa eram voltados para a preparação dos Contingentes a serem desdobrados no Haiti (MINUSTAH). Com a retirada das tropas brasileiras daquele país, houve uma adaptação para o módulo *United Nations Capabilities Readiness* (UNPCRS). Tal medida teve como objetivo atender futuras demandas de participação do Brasil em operações de paz, mantendo sempre tropas preparadas para serem desdobradas com maior rapidez (TEIXEIRA, 2018).

- Preparação para missões Individuais:

- a. Estágio de preparação para Missões de Paz (EPMP);
 - b. Estágio para Jornalistas e Assessores de Imprensa em Áreas de Conflito (EPJAIAC);
 - c. Estágio de Preparação de Civis para Atuação em Ambientes Instáveis (EPCAAI);
 - d. Estágio de Segurança e Salvaguarda em Ambientes Hostis (SSAFE); e
 - e. Estágio de Preparação para Entrevista de Candidatos ao DPKO (EPEC-DPKO).
- Preparação para Missões de Desminagem:
- a. Estágio de Ação Contra-Minas (EACM)

Anualmente, também são conduzidos pelo CCOPAB seminários, congressos e *workshops*, nacionais e internacionais. Estes, tem como objetivo manter atualizados os seus quadros, buscando as melhores práticas utilizadas pelas tropas ao redor do mundo (TEIXEIRA, 2018).

Outro aspecto importante relacionado ao desenvolvimento da doutrina brasileira em operações de paz foi a criação da Rede Brasileira de Pesquisa sobre Operações de Paz (REBRAPAZ). Este projeto visa a aproximação do Centro ao mundo acadêmico, já existindo acordos com universidades, como a PUC-Rio e a Universidade de São Paulo (USP), entre outras, estimulando as pesquisas sobre esse tema em instituições de ensino civil, além de integrá-las ao meio militar, seguindo as orientações constantes no Livro Brando de Defesa Nacional, editado no ano de 2016.

Uma outra atividade que também merece destaque são as Equipes Móveis de Treinamento (EMT). Estes grupos são vetores de treinamento e preparação para missões de paz que são enviadas pelo CCOPAB com o intuito de ministrar instruções sobre doutrina ONU em território brasileiro e/ou fora do país, de acordo com a demanda (TEIXEIRA, 2018).

O advento da EMT demonstra o alinhamento do CCOPAB com Estratégia Nacional de Defesa (END). Com apoio do Ministério da Defesa (MD), busca o incremento das atividades deste Centro de maneira a estimular o adestramento de civis, militares e policiais, assim como de outras nações amigas, visando tornar o Brasil referência regional no adestramento conjunto para operações de paz e de desminagem humanitária.

Essas equipes transmitem conhecimentos por meio de estágios já consagrados no CCOPAB, por intermédio de instrutores e monitores capacitados e com grande experiência em operações de paz, o que resulta em grande credibilidade e

legitimidade junto às instituições e países receptores, que recebem orientação técnica de treinamento e desenvolvimento de capacidades.

O idioma utilizado pela equipe durante o treinamento pode ser o português, o inglês, o espanhol e o francês, dependendo do público alvo, do país e do estágio a ser ministrado. Pode-se também ser usado mais de um idioma, principalmente nos exercícios práticos no terreno, estando sempre de acordo com as diretrizes emanadas pela ONU.

O público alvo é formado por militares, policiais ou civis brasileiros ou de nações amigas que necessitem de conhecimentos sobre o tema operações de paz de acordo com a doutrina da ONU.

As EMT iniciaram seu desdobramento no exterior, no ano de 2014, sendo Angola o primeiro país a receber o Estágio de Desminagem Humanitária, fora das fronteiras brasileiras por este Centro Conjunto. Fruto dos excelentes resultados, este país teve a oportunidade de, no ano de 2015, receber outras 2 (duas) equipes brasileiras, que conduziram novamente o Estágio de Desminagem Humanitária e em outra ocasião realizaram pela primeira vez o EPCOEM e o EPCOSUPEL.

Após o sucesso alcançado nesta primeira experiência, o CCOPAB enviou equipes para conduzirem estágios em outros países tais como:

- Colômbia que recebeu o Estágio de *Staff Officers*, no ano de 2015 e o Estágio de Observador Militar, em 2016;
- Moçambique, que foi contemplado com o EPCOSUPEL em 2015; e
- Namíbia que adquiriu novos conhecimentos sobre operações de paz por meio do EPCOEM e do *Training of Trainer (TOT)* de *CPTM (Core Pre-deployment Training Material)*.

Com a previsão de desdobramentos futuros, o Centro Conjunto busca apoiar as Nações Amigas nas seguintes questões (TEIXEIRA, 2018):

- Criação de novos cursos e/ou estágios voltados para as operações de paz sob a égide da ONU;
- Desenvolvimento de currículos e de técnicas de ensino;
- Desenvolvimento de processos de avaliação;
- Possibilidade de criação de novos Centros de Operações de Paz;
- Treinamento de novos instrutores;
- Auxílio na preparação e execução de exercícios no terreno contextualizados com o possível cenário a ser encontrado pelos militares após o desdobramento; e
- Possibilidade de multiplicação futura da Doutrina ONU.

Diferentemente das internacionais, as EMT nacionais têm como finalidade dar suporte aos militares designados para compor missões específicas relacionadas as operações de paz. Estas equipes possuem a expertise de treinar, durante bastante tempo, os Batalhões e Companhias de Força de Paz em missões de contingente. As equipes do Centro passam o conhecimento de acordo com as demandas (TEIXEIRA, 2018).

Essas equipes também podem ser desdobradas para apoiar as tropas envolvidas no Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (*UNPCRS – sigla em inglês*). Na fase do preparo dessas Unidades e/ou Subunidades, a equipe de instrutores vai ao encontro dos militares designados para compor esse sistema, no intuito de dirimir dúvidas acerca das instruções de *CPTM*, que é realizada por meio de EAD. Outro objetivo importante a ser alcançado é aprofundar o conhecimento sobre os temas mais importantes em uma operação de paz, como Proteção de Civis, Abuso e Exploração Sexual, Gênero, entre outros.

Abaixo existe um organograma que sintetiza os processos finalísticos relativos às atividades de ensino do Centro³.

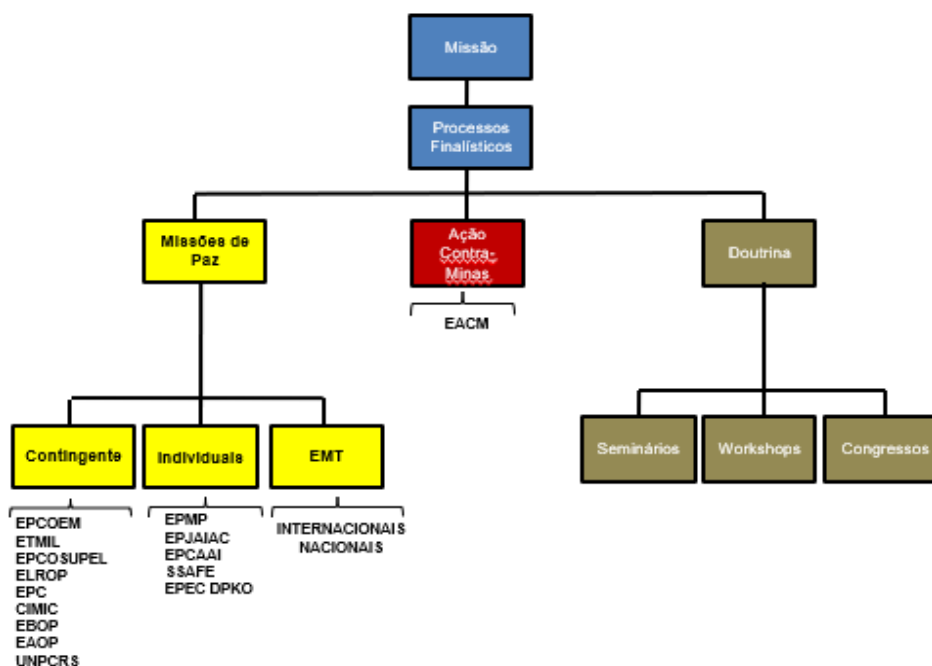


Figura 6 - Organograma dos processos finalísticos do CCOPAB
Fonte: Própria (2019)

³ Conhecimento pessoal adquirido por este Oficial após servir cerca de oito anos no CCOPAB. Os processos finalísticos buscam orientar as responsabilidades das seções daquele Centro Conjunto na missão institucional de melhor preparar civis, policiais e militares, brasileiros e de Nações Amigas, para as missões sob a égide de grandes organismos internacionais. Por isso, essa expertise não consta como registros em livros e manuais.

Destaca-se o fato que todas os estágios e instruções estão alinhados com os manuais e diretrizes da ONU. Por este fato, o CCOPAB recebeu a certificação de dessa organização internacional em cinco dos estágios citados anteriormente, demonstrando a excelência dos cursos ministrados. Além disso, cabe também ressaltar, que o Brasil possui atualmente um dos Centros de operações de paz com mais certificações no mundo, projetando o país internacionalmente em assuntos dessa natureza.



Figura 7 - Certificação recebida pela ONU, reconhecendo o curso CIMIC
Fonte: CCOPAB (2017) ⁴

6.3 CRIAÇÃO DO ESTÁGIO DE AJUDA HUMANITÁRIA

Como já abordado anteriormente, o CCOPAB possui vários estágios que possibilitam o treinamento dos componentes civil, militar e policiais para operações de paz sob a égide de organismos internacionais. Cabe ressaltar a presença dos componentes civil, militar e policial, no estágio CIMIC (Cooperação Civil-Militar). Conduzido no idioma inglês, esse estágio se destina à preparação de indivíduos que poderão ser desdobrados em uma missão de paz, exercendo aptidão para atividades relacionadas à Coordenação Civil-Militar. Os estagiários são militares, policiais e civis integrantes de instituições parceiras, além de estrangeiros de nações amigas.

⁴ Diploma ofertado pela ONU para os Centros de Instrução de Operações de Paz que possuem seus cursos homologados por aquela instituição internacional. Esta certificação tem validade de cinco anos. Após esse período, os respectivos estabelecimentos de ensino, deverão reiniciar o processo, renovando assim suas certificações.

Tem como objetivo (CCOPAB, 2019 c):

- Transmitir conhecimentos básicos sobre a estrutura das Nações Unidas e o funcionamento das Operações de Paz;
- Difundir o conhecimento sobre CIMIC, seus princípios e tarefas fundamentais;
- Explicar as diferenças entre as doutrinas de Coordenação Civil-Militar em uso no mundo;
- Explicar o processo de planejamento de CIMIC e os mecanismos de compartilhamento de informações;
- Criar consciência sobre o valor dos projetos de CIMIC;
- Explicar e aplicar os procedimentos de Ligação Civil-Militar;
- Analisar as abordagens de Coordenação Civil-Militar em diferentes ambientes, como Missões de Paz da ONU, emergências complexas e desastres naturais em ambientes inseguros;
- Proporcionar ao estagiário o contato com indivíduos de outros componentes que compõem uma missão de paz de forma que conheçam, preliminarmente, as possibilidades e limitações de cada componente; e
- Absorver as melhores práticas com a experiência pregressa de militares e civis que exerceram funções relacionadas à Coordenação Civil-Militar que transmitem as suas lições aprendidas e suas experiências vividas. Estes, participam também de estudos de caso em grupos que incluem atividades de rotina e situações extraordinárias, como o apoio à assistência humanitária, a proteção de civis, entre outros.

Destaca-se também o EPCAAI (Estágio de Preparação de Civis para Atuação em Ambientes Instáveis). Este é conduzido no idioma português, tendo como objetivo principal a preparação de civis que necessitem atuar em contextos instáveis devido à missão ou atividades especiais exercidas.

Tem como outros objetivos:

- Realizar atividades teóricas e práticas de assuntos como primeiros socorros em ambientes instáveis;
- Realizar atividades teóricas e práticas de combate a incêndio;
- Explicar as diversas condutas a serem tomadas em estruturas colapsadas;
- Conhecer os efeitos de armas de fogo;
- Conhecer e praticar a condução e manutenção de viaturas;
- Conhecer ações em campo minado ou com armadilhas;

- Conhecer os conceitos relacionados à defesa química, bacteriológica, radiológica e nuclear, com ênfase nos agentes utilizados no controle de distúrbios;
- Conhecer a conduta em caso de ataques terroristas; e
- Conhecer noções de orientação em campo.

Outro estágio que merece destaque é o SSAFE (Estágio de Segurança e Salvaguarda em Ambientes Hostis). Este, tem como objetivo, capacitar militares, policiais militares e civis que tem a possibilidade de serem desdobrados em uma missão de paz. Diferentemente dos outros estágios oferecidos, este é realizado em parceria com a “*United Nations Information Center*”, com sede no Rio de Janeiro (UNIC-Rio). Com isso, cabe ao Centro a condução da parte prática e a realização da cerimônia de entrega dos certificados aos concludentes.

O LBDN também cita o CCOPAB, juntamente com a Escola Superior de Guerra (ESG), como responsável por difundir, aprofundar e promover debates sobre temas relacionados à defesa no âmbito da sociedade brasileira, atuando no processo da Educação de Defesa.

Outro texto que fala do CCOPAB, está escrito o seguinte:

No que tange ao preparo para tais desafios, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), com sede atual na cidade do Rio de Janeiro, organização vinculada ao Ministério da Defesa, tem sido uma eficaz ferramenta ao desenvolver sua missão de apoiar a preparação de militares, policiais e civis brasileiros e de nações amigas para missões de paz e desminagem humanitária (BRASIL, 2016 a).

Baseado nisso, o Estado brasileiro tem suas Forças Armadas participando das atividades na fronteira do Brasil com a Venezuela. A operação Acolhida pode ser utilizada como laboratório para o incremento da doutrina brasileira acerca desse assunto, já que é considerada uma missão humanitária de grande envergadura, em que participam os componentes civil, militar e policial.

Segundo (DEFESA, 2019 a), recentemente o CCOPAB iniciou o apoio a esta operação, participando da preparação do 5º Contingente, no período de 31 de março a 12 de abril de 2019, com o uso de EMT nacionais. Esta ambientação foi composta por simulações das rotinas de gerenciamento dos abrigos, dos postos de triagem e das atividades relativas à interiorização dos venezuelanos desassistidos em cidades voluntárias para recebê-los. Essas instruções são extremamente importantes para a rápida adaptação dos militares na área de operações, além de padronizar procedimentos baseados nas melhores práticas e nas oportunidades de melhoria levantados em experiência de Contingentes anteriores.

No intuito de aperfeiçoar sua participação, o Centro realizou, no período de 3 a 6 de junho de 2019, uma visita aos militares do 5º Contingente. Este acompanhamento faz parte da coleta de informações dos instrutores da Divisão de Ensino que buscam acompanhar, avaliar e se atualizarem no intuito de aprimorar a preparação dos novos Contingentes, de acordo com (CCOPAB, 2019 b).

De acordo com (DEFESA, 2019 b), também houve o treinamento dos militares que participarão do 6º Contingente, pelo CCOPAB, no período de 23 a 28 de junho na cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul. Para essa ocasião, foi enviada uma Equipe Móvel de Treinamento (EMT), daquele Estabelecimento de Ensino, que se utilizou das instalações do 29º Batalhão de Infantaria Blindado.

Por possuir grande expertise em operações de paz, onde o cenário se assemelha ao vivido na fronteira entre o Brasil e a Venezuela, o Centro Conjunto tem se mostrado importante no adestramento dos militares selecionados. Mesmo que ainda não tenha participação assegurada no processo de treinamento dos Contingentes que serão desdobrados na operação Acolhida, pouco a pouco tem ganho cada dia mais espaço nessa importante fase do desdobramento.

As Forças Armadas do Brasil sempre se mostraram bastante eficientes e bem-dispostas a cumprirem as missões que lhes foram designadas. Ao longo do tempo, elas também se mostraram capazes de se adaptar rapidamente as mudanças que lhe foram exigidas. Porém, cabe ressaltar que quanto melhor e mais detalhado for sua preparação, mais rápida será sua adaptabilidade no terreno, gerando melhores resultados em um prazo mais curto de tempo.

Apoiado em sua atividade-fim, que é preparar indivíduos e tropas para cumprir missões de paz sob a égide da ONU, o CCOPAB se apresenta como uma alternativa para resolver a lacuna existente na preparação de pessoas para participar de ações de ajuda humanitária.

Pode-se elencar alguns motivos para que o CCOPAB seja o responsável por conduzir o curso:

- O Centro já se encontra inserido no mundo acadêmico, por meio da REBRAPAZ, que vem contribuindo para a divulgação e o desenvolvimento de temas atinentes as operações de paz no Brasil;
- O CCOPAB já recebe, todos os anos, muitos alunos, sendo estes, civis, policiais, militares das três Forças Armadas do Brasil, além de pessoas de nações amigas;

- Os estágios do CCOPAB, como o CIMIC, o EPCAAI e o SSAFE, já possuem entre os seus objetivos, alguns princípios que podem ser aproveitados no novo estágio de Ajuda Humanitária;

- Os instrutores do Centro Conjunto possuem experiência internacional, além de já terem trabalhado em um ambiente multidimensional e multinacional, característica de uma operação de Ajuda Humanitária;

- Por se tratar de um Centro Conjunto, o CCOPAB possui militares das três Forças Armadas brasileiras, facilitando a identificação de melhores práticas em cada Força por ocasião de seus empregos, podendo serem exploradas nos novos estágios;

- A existência de instrutores estrangeiros em seus quadros também facilita o ensinamento a ser divulgado nos cursos do CCOPAB. Além de possuírem experiências distintas, estes também podem agregar valor ao curso ao exporem como a sociedade de seus países enxergam as atividades de Ajuda Humanitária nos distintos Estados, incrementando o debate; e

- O CCOPAB também possui em seus quadros militares de Forças Auxiliares. Estes também contribuem pelo olhar distinto dos militares das Forças Armadas, contribuindo para as discussões.

Nesse sentido, a incorporação do CCOPAB na fase do preparo eleva o nível dessa etapa da preparação, pelos motivos que já foram elencados anteriormente, sendo primordial a sua inserção de forma institucionalizada. O Centro Conjunto pode, de maneira legitimada, incrementar a doutrina brasileira, assim como fomentar a preparação dos diversos componentes, melhorando o conhecimento mútuo entre eles.

7 CONCLUSÃO

A República Bolivariana da Venezuela tem vivido nos últimos anos um quadro de completa instabilidade política, econômica e social. Este fato, tem feito com que aquele país esteja passando por uma crise sem precedentes, levando a sua população a buscar melhores condições de vida em outros Estados da região.

O grande fluxo migratório venezuelano tem gerado problemas em vários países vizinhos da região. No Brasil, a cidade de Pacaraima, fronteira com a Venezuela, foi a primeira a sentir os impactos, devido a sua limitada infraestrutura. Com o passar do tempo, as dificuldades se espalharam por todo o estado de Roraima, que necessitou de auxílio do Governo Federal.

Por meio da Diretriz Presidencial número 03/2018 foi criada a operação Acolhida. Esta tem como missão cooperar com os Governos Federal, Estadual e Municipal com as medidas de assistência emergencial para acolhimento de imigrantes provenientes da Venezuela, em situação de vulnerabilidade, decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

Esta missão também tem caráter geopolítico, já que a Venezuela possui grandes recursos naturais, como petróleo e gás natural, além de fornecer energia elétrica para o estado de Roraima. Além disso, aquele país possui grande população, que pode servir de mercado consumidor dos produtos brasileiros após passada a crise. Com isso, o Brasil se mantém alinhado com os seus interesses de protagonismo na região, buscando auxiliar, da maneira que pode, seu vizinho regional, como preconiza sua constituição.

A operação Acolhida abarca distintos atores, como organizações civis, militares, estatais, não-estatais, entre outros. É sabido que cada um desses organismos possui diferentes *modus operandi* para resolver seus problemas e/ou relacionar-se com os outros participantes, causando problemas de coordenação entre eles.

Ocorre que o único documento que tenta padronizar procedimentos em uma operação interagências, é o manual do Ministério da Defesa, MD33-M-12 – Operações Interagências, no qual não contempla a participação de civis no seu corpo.

De fato, existiram nos últimos anos uma série de acontecimentos que contaram com a participação de distintos atores, como os grandes eventos e ações contra calamidades públicas, onde houve grande avanço no contato entre os participantes. Porém, ainda falta algo mais concreto que possa fazer com que esses diferentes atores possam se conhecer mutuamente, sabendo das suas possibilidades e limitações.

Nesse sentido, buscando estar de acordo com os anseios do Brasil e alinhado com os preceitos contidos no parágrafo 4º da Carta Magna brasileira, entre outros documentos apresentados no corpo desse trabalho, aceita-se o apoio das Forças Armadas na iniciativa de mitigar essas falhas, corroborando com sua preocupação diante das novas demandas do mundo atual. Nessa perspectiva, este trabalho sugere a criação do estágio de Ajuda Humanitária, visando aproximar ainda mais os distintos componentes de uma missão interagências, além de integrá-los de maneira antecipada.

O CCOPAB é um estabelecimento de ensino militar que conta com grande prestígio no Brasil e no exterior. Ao longo de sua existência, pode aprimorar sua expertise acerca de assuntos de operações de paz e de desminagem humanitária. Atualmente, o Centro Conjunto é responsável por uma série de estágios que contemplam não só militares, mas também policiais e civis, integrando desde sempre seus estagiários.

O CCOPAB também possui capacidade de desdobrar EMT no Brasil e no exterior. Esses times são formados por militares qualificados e com experiência em missões de paz e assuntos envolvendo a ONU. Essas equipes também já foram experimentadas em distintos cenários, elevando o nome do país no exterior e das Forças Armadas em território nacional.

O estágio de Ajuda Humanitária contaria com assuntos já ministrados pelo Centro Conjunto em outros estágios, como o de CIMIC, além de matérias obrigatórias em cursos da ONU, como é o caso do CPTM.

Ainda nesse escopo, o CCOPAB tem iniciado sua participação na preparação dos novos contingentes para a operação Acolhida, aumentando ainda mais seu conhecimento em assuntos dessa natureza. Aliado a isso, o Centro Conjunto tem participado da missão como integrante dos contingentes, além de executar reconhecimentos a fim de se manter atualizado com as novas demandas da missão.

Desse modo, podemos concluir que o Brasil necessita melhorar a integração de todos os atores que podem ser convocados para uma operação interagências. Uma das maneiras de melhorar esse problema, seria a criação de um estágio de ação humanitária, que ajudaria a mitigar essa lacuna para missões desse tipo missão. Tal formação encontra amparo em vários documentos de responsabilidade do Governo federal, como o PND, a END e o LBDN. Ressalta-se o fato que outros países também buscam essa aprendizagem calcadas nas previsões de aumento do número de catástrofes no mundo. Ainda nessa lógica, o CCOPAB seria a Unidade mais apta para a preparação e condução desse novo estágio, proporcionando o aumento do protagonismo do Brasil no exterior, bem como mantendo-se como referência regional, estando assim, eixado com as novas demandas mundiais e temas como a ajuda humanitária são importantes para o país continuar projetando poder no exterior.

REFERÊNCIA

ACNUR. ACNUR. **ACNUR**, 13 junho 2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>>.

ACNUR/OIM. ACNUR/OIM. **ACNUR/OIM**, 10 junho 2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2018/11/09/numero-de-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-chega-a-3-milhoes/>>.

ANEEL. ANEEL. **ANEEL.gov**, 2019. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/sala-de-imprensa-exibicao-2/-/asset_publisher/zXQREz8EVIZ6/content/manual-de-operacao-do-sistema-de-roraima-e-aprovado/656877?inheritRedirect=false>. Acesso em: 28 outubro 2019.

BARBOSA, V. EXAME. **EXAME**, 20 fevereiro 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/os-10-paises-com-as-maiores-reservas-de-gas-natural-do-mundo/>>.

BBC. BBC. **BBC**, 18 junho 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/01/100116_haiti_onu_desastre_np>

BRASIL. Constituição Federal do Brasil, 1988.

BRASIL. Lei Complementar número 69, 23 julho 1991.

BRASIL. Lei Complementar número 97, 9 junho 1999.

BRASIL. Portaria 952/MD, 2010 a.

BRASIL. Portaria número 952, do MD, 15 junho 2010 b.

BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional, 2016 a.

BRASIL. Política Nacional de Defesa, 2016 b.

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa, 2016 c.

BRASIL. Relatório dos Cenários Prospectivos da Força Terrestre para o ano de 2035, 2016.

BRASIL. Decreto número 9.285, 15 fevereiro 2018 a.

BRASIL. Decreto número 9.286, 15 fevereiro 2018 b.

BRASIL. Diretriz 3/MD, 2018 c.

BRASIL. Medida Provisória 820, 15 fevereiro 2018 d.

BRASIL. IBGE. **IBGE**, 15 julho 2019 a. Disponível em: <<https://www.estadosecapitaisdobrasil.com/wp-content/uploads/2015/04/mapa-mundi.png?x64851>>.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Ministério da Defesa**, https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cedn/xx_cedn/7_a_atuacao_das_forcas_armadas_brasileiras_nas_questoes_de_imigracao.pdf, 14 junho 2019 b. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cedn/xx_cedn/7_a_atuacao_das_forcas_armadas_brasileiras_nas_questoes_de_imigracao.pdf>.

BRASILESCOLA. BRASILESCOLA. **BRASILESCOLA**, 2019. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/brasil/imigracao-no-brasil.htm>>. Acesso em: 28 outubro 2019.

CAIAFA, R. TECNOLOGIA & DEFESA. **TECNOLOGIA & DEFESA**, 2017. Disponível em: <<http://tecnodefesa.com.br/haiti-e-a-criacao-do-centro-conjunto-de-operacoes-de-paz-do-brasil/>>. Acesso em: 28 outubro 2019.

CARNEIRO, J. D. Estadão. **BBC**, 18 junho 2019. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ongs-do-alemao-propoem-acoes-sociais-em-conjunto-com-governo,648383>>.

CCOPAB. CCOPAB, 17 junho 2019 a. Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab/missao>>.

CCOPAB. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. **Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil**, 18 junho 2019 b. Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/noticias-do-centro/148-2019/1101-ccopab-visita-a-operacao-acolhida>>.

CCOPAB. CCOPAB, 20 junho 2019 c. Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/cursos-e-estagios/estagio-de-coordenacao-civil-militar-em-operacoes-de-paz>>.

CHAVES, A. G1 MUNDO. **G1**, Pacaraima, 9 março 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/09/oea-preve-5-milhoes-de-imigrantes-venezuelanos-em-2019.ghtml>>.

COSTA, F. MINISTÉRIO DA DEFESA. **MINISTÉRIO DA DEFESA**, 2019. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/61414-governo-federal-lanca-nova-fase-da-operacao-acolhida-para-acelerar-interiorizacao-de-venezuelanos>>. Acesso em: 29 outubro 2019.

DE OLIVEIRA, G. A. G. A Utilização do Componente Militar Brasileiro Frente à Crise Migratória da Venezuela. **Military Review**, 2018.

DEFESA, M. D. Exército Brasileiro. **Exército Brasileiro**, 17 junho 2019 a. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/operacao-acolhida/noticias/>>

/asset_publisher/FB2z0y6rFLpC/content/ccopab-participa-do-treinamento-da-forca-tarefa-logistica-humanitaria-em-roraima/8357041>.

DEFESA, M. D. Ministério da Defesa. **Ministério da Defesa**, 12 julho 2019 b. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/58117-ccopab-participa-do-treinamento-do-contingente-que-vai-atuar-na-operacao-acolhida>>.

DEFESANET. DEFESANET. **DEFESANET**, 11 junho 2019 a. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cedn/xx_cedn/7_a_atuacao_das_forcas_armadas_brasileiras_nas_questoes_de_imigracao.pdf>.

DEFESANET, R. DEFESANET. **DEFESANET**, 10 junho 2019 b. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/ven/noticia/32417/Crise-na-Venezuela--O-que-se-sabe-sobre-os-avioes-militares-russos-que-chegaram-ao-pais/>>.

EBC. EBC. **EBC**, 12 julho 2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-01/mais-de-150-imigrantes-se-afogam-no-mar-mediterraneo>>.

ELIANE, P. BRASIL ESCOLA. **BRASIL ESCOLA**, 25 OUTUBRO 2019. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/historia-da-america/historia-venezuela.htm>>.

EXMAN, F. Valor Econômico. **Valor Econômico**, 10 junho 2019. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/internacional/6176039/lideres-da-america-do-sul-lancam-prosul-para-substituir-unasul>>.

FRANCISCO, W. D. C. BRASILESCOLA. **BRASILESCOLA**, 2019. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/geografia/dados-venezuela.htm>>. Acesso em: 28 outubro 2019.

GORTÁZAR, N. G. EL PAÍS. **EL PAÍS**, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/04/internacional/1570188090_289601.html>. Acesso em: 28 outubro 2019.

MENDONÇA, H. EL PAÍS. **EL PAÍS**, 13 junho 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908_846691.html>.

MERCOSUL. MERCOSUL. **MERCOSUL**, 2017. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-no-mercosul/>>. Acesso em: 28 outubro 2019.

MMA. MMA. **MMA**, 2010. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/informma/item/6141-paises-megadiversos-discutem-reparticao-de-beneficios>>. Acesso em: 28 outubro 2019.

MRE. **MRE**, 1861. Disponível em: <https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Pcdl/pt-br/file/Fronteiras/Venezuela/4_1%20-%20Tratado%20de%20Limites.pdf>. Acesso em: 28 outubro 2019.

NETO, J. C. A.; BARP, W. J.; CARDOSO, L. F. C. Modelo Brasileiro do Ambiente Interagências para Operações na Fronteira. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, p. 241-262, 2017.

NEWS, B. Época Negócios. **Época Negócios**, 10 junho 2019. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2019/02/por-que-crise-na-venezuela-interessa-tanto-paises-como-russia-china-e-turquia.html>>.

OCHA. HUMANITARIAN LIBRARY. **HUMANITARIAN LIBRARY**, 2008. Disponível em: <<https://www.humanitarianlibrary.org/resource/glossary-humanitarian-terms-0>>. Acesso em: 28 outubro 2019.

ONU. Nações Unidas Brasil. **ONU.org**, 28 outubro 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/unesco-lanca-curso-virtual-gratuito-sobre-gestao-integral-de-riscos-em-instituicoes-de-ensino/>>.

PATI, C. EXAME. **EXAME**, 18 junho 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/site-cadastra-voluntarios-que-querem-ajudar-vitimas-da-tragedia/>>.

PAULO, G. D. S. SÃO PAULO.gov. **GOVERNO DE SÃO PAULO**, 2019. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/imigrantes-podem-fazer-cursos-de-qualificacao-profissional-na-cidade-de-sp/>>. Acesso em: 28 outubro 2019.

PENA, R. F. A. Brasil Escola. **Brasil Escola**, 10 junho 2019. Disponível em: <PENA, Rodolfo F. Alves. "10 maiores hidrelétricas do mundo"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/as-maiores-hidreletricas-mundo.htm>. Acesso em 12 de julho de 2019.>.

SANTOS, A. F. P. D.; ANJOS, J. N. S. D.; SENHORAS, E. M. **Securitização Energética na Fronteira Brasil-Venezuela: Uma discussão Sobre o Complexo de Guri**. 1o Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras. Boa Vista: Roraima. 2019. p. 15-34.

SCHEIDT, E. A Revolução Bolivariana nos discursos de Hugo Chavez. **Revista PUC-SP**, São Paulo, n. 11, p. 155-193, julho/dezembro 2013.

SOUSA, R. BRASILESCOLA. **BRASILESCOLA**, 2019. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/imigracao-venezuelana-para-brasil.htm>>. Acesso em: 28 OUTUBRO 2019.

TEIXEIRA, C. A. R. CCOPAB: História e Perspectivas pós MINUSTAH. **Brasil MINUSTAH 2004-2017 - Coletânea de artigos**, p. 25-35, 2018.

VALENTE, J. EBC. **Agência Brasil**, 2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-04/equipes-brasileiras-comecam-atuar-no-apoio-vitimas-em-mocambique>>. Acesso em: 28 outubro 2019.